



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO TRÊS DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e doze, pelas dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros, reuniram sob a presidência do Professor Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral, à exceção de Arménio Cerca, Mário Augusto Teixeira, Patrícia Rodrigues, João Paulo Anjos e Pedro Vale, para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto um - Verificar a atualidade do Projeto Educativo (D.L. 75/2008, artigo 13º., alínea c);-----

----- Ponto dois - Linhas orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da Ação Social Escolar (D.L. 75/2008, artigo 13º., alínea i);-----

----- Ponto três - Aprovar o Relatório e Contas de Gerência (D.L. 75/2008, artigo 13º., alínea j);-----

----- Ponto quatro - Outros assuntos.-----

----- Deu-se início à reunião com a análise e respetiva leitura da ata anterior. Após algumas alterações, a ata foi aprovada por maioria, com duas abstenções (por não terem estado presentes). -----

----- O Presidente do Conselho Geral informou que as faltas dos elementos ausentes foram devidamente justificadas (consoante exige o Regimento Interno). -----

----- O Presidente do Conselho Geral perguntou aos elementos presentes se pretendiam acrescentar mais algum ponto prévio à Ordem de Trabalhos, como prevê o Regimento – surgiu uma proposta, por parte dos representantes dos alunos, pelo que o Presidente deste Conselho propôs acrescentar um quarto ponto: Outros assuntos (não havendo ninguém a opor-se, este foi incluído). -----

----- Relativamente ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: Verificar a atualidade do Projeto Educativo (D.L. 75/2008, artigo 13º., alínea c), o Presidente do Conselho Geral para contextualizar o que diz a legislação fez referência aos seguintes artigos:-----

----- O artigo 9º.- ***Instrumentos de autonomia*** - 1. ***O projeto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de atividades e o orçamento constituem instrumentos do exercício da autonomia de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo entendidos para os efeitos do presente decreto-lei como: a) “Projeto educativo” o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seu órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.***-----

----- O artigo 20º - ***Competências*** - 1. ***Compete ao diretor submeter à aprovação do conselho geral o projeto educativo elaborado pelo conselho pedagógico.*** 2. ***Ouvido o conselho pedagógico, compete***

também ao diretor: a) Elaborar e submeter à aprovação do conselho geral: i) As alterações ao regulamento interno; ii) Os planos anual e plurianual de atividades; iii) O relatório anual de atividades; iv) As propostas de celebração de contratos de autonomia.-----

----- Neste contexto, o Presidente do Conselho Geral acrescentou que o Agrupamento já tem um Projeto Educativo devidamente elaborado e que compete a este Conselho verificar e analisar se o mesmo se deve manter ou alterar. Informou que era de considerar aberta a discussão e análise sobre este assunto. -----

----- O Presidente do Conselho Geral deu conta da sua opinião, afirmando que este já se encontra desadequado, nomeadamente no que respeita à caracterização e contextualização; ao projeto ritmus, que já não funciona nos mesmos moldes; às metas da escola (estão as de 2009/2010) e ainda às nacionais. No entanto, mencionou que isto são questões circunstanciais que se podem alterar em breve.-----

----- No seu ponto de vista, e pela leitura que fez, a sua sugestão (se todos concordarem) vai no sentido deste Projeto Educativo dever ser alterado, de acordo com a nova Direção e os próprios contextos específicos advenientes da instalação do Agrupamento, ou seja, era necessário ter um cunho mais atual e mais pessoal. Este Projeto Educativo vai definir as novas metas orientadoras da avaliação e este novo Conselho Pedagógico vai ter de descrever a próxima avaliação dos docentes, daí que deva decidir quais as metas, eixos, objetivos e estratégias de ação que mais se coadunam com a sua perspetiva de dimensão avaliativa. Isto quer dizer que este Projeto Educativo tem uma importância chave, relativamente a estas metas e objetivos. O Conselho Pedagógico ao definir, agora, este novo projeto avaliativo, não se vai pautar pelos mesmos moldes adotados anteriormente, até pelo fato do agrupamento ter uma outra dimensão.-----

----- Porque o Projeto se reveste de uma importância fundamental no que respeita à posterior avaliação, porquanto é o documento chave, a referência, no que toca às metas e objetivos, deve o mesmo, na perspetiva do Presidente do Conselho Geral, ser enviado ao Conselho Pedagógico para ser reformulado.-----

----- O Diretor concordou e acrescentou que o Conselho Pedagógico tem uma secção que se encarrega do Plano Anual de Atividades e do Projeto Educativo e que neste momento já se encontram reunidas as condições para reformular o mesmo. -----

----- Terminadas as considerações sobre este assunto, o Presidente do Conselho Geral questionou os elementos presentes se todos concordavam em reformular o Projeto Educativo (ninguém se opôs).-----

----- O Presidente do Conselho Geral acrescentou que fica a recomendação ao Senhor Diretor para que leve o Projeto Educativo a Conselho Pedagógico a fim de ser reformulado, por manifesta vontade dos Conselheiros. -----

----- De acordo com o segundo ponto da Ordem de Trabalhos: Linhas orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da Ação Social Escolar (D.L. 75/2008, artigo 13º., alínea i), o Presidente deste Conselho questionou os presentes acerca dos seus contributos para a discussão deste ponto. -----

----- O Presidente do Conselho Geral apresentou o seguinte texto: “De acordo com o Decreto-Lei nº. 55/2009, de 2 de março, a atribuição e o funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar regem-se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o exercício efetivo do direito ao ensino e à igualdade de oportunidades de acesso e êxito

escolar. Estabelece, ainda, como objetivos a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo a que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário, em qualquer das suas modalidades.-----

----- Nos termos do citado Decreto-Lei nº. 55/2009, de 2 de março, conjugado com o Despacho nº.18987/2009, das orientações estratégicas do Projeto Educativo e das boas práticas já em execução no Agrupamento de Escolas de Anadia, o Conselho Geral, no uso das competências que lhe são conferidas pela lei, definiu as seguintes linhas orientadoras do planeamento e execução, nomeadamente: 1. Apoios alimentares; 2. Transportes escolares; 3. Auxílios económicos; 3.1 Refeições escolares; 3.2 Manuais e material escolar; 3.3 Atividades de complemento curricular; 3.4 Ações complementares; 3.5 Alunos com necessidades educativas especiais; 4. Prevenção e segurança; 5. Apoio às famílias; 6. Prevenção e Seguro Escolar”.-----

----- Procedeu-se, então, a uma cuidada e minuciosa análise, às mesmas, fazendo-se as alterações consideradas pertinentes e oportunas (sendo, todas elas, com o consenso deste Conselho).-----

----- Concluídos os trabalhos de análise e reformulação de alguns pontos das Linhas Orientadoras da Ação Social Escolar, o Presidente do Conselho Geral propôs a sua votação, tendo estas sido aprovadas por unanimidade em dezoito de abril de dois mil e doze.-----

----- O professor Artur Melo, relativamente ao ponto 4, “prevenção e segurança”, alertou para o fato de neste edifício, sede de agrupamento, não haver um plano de segurança visível, para os alunos saírem em caso de acidente/emergência. Relembrou que, há cerca de dois anos, foi feito um estudo com esse propósito, mas que em termos de resultado final não se fez ainda nada e que por esse motivo, não se está a cumprir com as normas da legislação em vigor.-----

----- O Diretor informou que no ano passado se tinha deparado com essa situação e depois de questionar o assunto, lhe foi dito por alguém responsável, que a inexistência de um plano de segurança, se devia ao fato de que, como estaríamos na expectativa de uma escola nova para breve, este edifício estava isento do mesmo, pelo prazo de um ou dois anos.-----

----- Informou ainda que foram feitos simulacros em várias escolas do Agrupamento, com o objetivo de acionar os respetivos planos de segurança, como medida de prevenção em eventuais situações de emergência. -----

----- O Professor Artur Melo acrescentou que se os planos de segurança não estão concluídos, pouco deve faltar, mas o que é necessário é implementar um plano de emergência interna para que sejam definidas medidas de controlo e acima de tudo a sua aplicação à realidade, ou seja, colocá-las em prática neste edifício.-----

----- Perante as diversas considerações sobre este assunto, foi consenso deste Conselho que seja elaborado um plano, para o próximo ano letivo, com um cenário real de emergência de diferentes situações, nomeadamente, incêndios, acidentes, terremotos, inundações, entre outros. Acima de tudo, estes exercícios servem para que num cenário real se consiga lidar o melhor possível com o pânico, evitando que os danos provocados nas instalações sejam agravados com perdas humanas.-----

----- Relativamente ao ponto três da Ordem de Trabalhos, o Presidente do Conselho Geral informou que era de considerar aberta a discussão e análise ao Relatório e Contas de Gerência (D.L. 75/2008, artº. 13º., alínea j). -----

----- O Diretor disponibilizou-se para responder às questões que eventualmente lhe quisessem colocar a fim de esclarecer algumas dúvidas, relativamente a este assunto. -----

----- A representante dos Pais, Madalena Flores, questionou o significado das atividades, pelo que o Diretor explicou que as verbas se distribuem pelas seguintes atividades: a atividade 190, que diz respeito ao pré-escolar, a atividade 191 ao 1º. Ciclo, a atividade 192 ao 2º/3º. Ciclos e Secundário, a atividade 197 aos projetos e a atividade 199 às necessidades educativas especiais. -----

----- Foram colocadas pelos Conselheiros ainda algumas questões sobre determinadas rubricas. O Diretor esclareceu o Presidente do Conselho Geral que relativamente à página três, onde constam Gratificações, Suplementos e Prémios (Pessoal Docente), se incluem as verbas pagas aos representantes do Ensino Especial. No que respeita a descontos judiciais, informou tratar-se de penhoras nos vencimentos de pessoal. Na página cinco “aluguer de instalações desportivas”, é a rubrica onde entra a verba que se destina ao pagamento do aluguer do Pavilhão da Escola Básica número dois de Vilarinho do Bairro. “Indemnizações por cessação de funções - Pessoal Docente/Pessoal Não Docente”, são as indemnizações pagas aquando da caducidade dos contratos de pessoal. -----

----- O Diretor acrescentou ainda que, relativamente a todos os movimentos e respetivas aplicações de verbas, se encontram arquivados nos serviços administrativos todos os documentos correspondentes. -----

----- Por fim, o Diretor informou que relativamente aos saldos existentes no final de cada ano económico, apenas os do orçamento privativo é que voltam a ser requisitados. -----

----- Processa-se da seguinte forma: quando se encerram as contas, o saldo existente tem de ser entregue nos cofres do estado, para no início do próximo voltar a ser requisitado pelo Agrupamento. -----

----- Após o esclarecimento das dúvidas suscitadas, e depois de devidamente analisado, o Presidente do Conselho Geral, propôs a aprovação do Relatório e Contas de Gerência do ano dois mil e onze. - Foi aprovado por unanimidade.-----

----- Dando cumprimento ao último ponto da Ordem de Trabalhos, e pelo facto dos representantes dos alunos acrescentaram um ponto prévio: “Outros assuntos”, o Presidente do Conselho Geral informou que se poderiam pronunciar sobre o que entendessem. -----

----- A representante dos alunos, Beatriz Rocha, para dar cumprimento ao solicitado por este Conselho, no sentido de colaborarem na recolha das necessidades sentidas nos vários edifícios do Agrupamento, informou já terem reunido com todos os Delegados de Turma. -----

----- O representante dos alunos, Luís Pidwell começou por informar os presentes que as paredes das salas de aula já tinham sido pintadas, conforme foi proposto na última reunião deste Conselho.-----

----- Acrescentou que, do levantamento feito junto dos colegas, uma das queixas mais relevante foi o problema com o mau funcionamento dos estores nas salas de aula, sendo a outra a dificuldade sentida nos balneários, com a falta de água quente, relativamente ao edifício da secundária.-----

----- Na Escola Básica número dois de Anadia, foi referida a questão da comida na cantina, nomeadamente pela sua falta de qualidade.-----

----- O Diretor, em função do exposto, pediu aos representantes dos alunos que lhe facultassem a lista de necessidades encontrada, a fim de poder tomar as devidas providências. -----

----- O Presidente do Conselho Geral propôs aos presentes se na próxima reunião, se poderiam incluir na Ordem de Trabalhos, os seguintes assuntos: Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades (D.L. 75/2008, artigo 13º., alínea f); Definir os critérios para a participação da escola em Atividades Pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas; Pronunciar-se sobre os critérios de

organização de horários; Refletir acerca das sinergias do Agrupamento; Analisar a reformulação do Projeto Educativo; Assumir posição relativamente à situação da nova Escola. -----
----- A proposta foi aceite por unanimidade.-----
----- A próxima reunião ficou agendada para o dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, às dezoito horas, na sala Dra. Albertina Oliveiros.-----
----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata. -----

O Presidente do Conselho Geral

(Aníbal Marques)

A Secretária

(Clara Mira)